

# REVERÊNCIA À NOSSA PROFISSÃO\*

José Arthur Giannotti

Sempre fui avesso a homenagens. A cerimônia de enaltecer uma pessoa face a face me congela numa imagem acabada, como se o serviço de minha vida estivesse no fim, esquematizado num ritual. Pois desde a infância aprendi a vida na qualidade de serviço que, se deixou de ser feito para a glória de Deus, permanece como tarefa de enervar tanto a minha como a identidade dos outros, para que todos possamos criar entre nós um espaço travejado de caminhos que tenham nossas comunicações reais e possíveis, onde possamos nos encontrar a nós mesmos e os outros, na qualidade de operários construindo a cidade do espírito. Mas confesso que, desde o momento em que deixei de ser professor ativo nesta Universidade de São Paulo, desejei receber o título de professor emérito. Talvez porque somente desse modo o professor sem mérito que fui durante toda a minha vida possa ser reconhecido por aquilo que ele devesse ser. Não estou menosprezando meu trabalho, muito menos as contribuições que trouxe para esta universidade, mas sublinhando que minha docência foi inexoravelmente truncada por um ato de força e que uma tarefa que deveria ter sido cumprida deixou de sê-lo. Desse modo, depois de ter sido longa e cuidadosamente preparado por meus mestres, Gilles-Gaston Granger, João Cruz Costa e Lívio Teixeira, para continuar seus esforços no sentido de formar uma escola que abrigasse a prática da filosofia, e por meio dela costurar gerações passadas e futuras, fui obrigado a continuar meu trabalho no Cebrap. E a anistia veio num momento em que ele precisava de minha dedicação integral. Para com esta universidade estou em débito e esta cerimônia, se não o cancela, ao menos faz com que ele seja reconhecido publicamente. Sem ter tido a oportunidade de conquistar meus méritos ensinando, pelo menos agora os consigo em efígie.

Levei tempo para reconhecer essa dívida. O afastamento da universidade me trouxe enormes benefícios. Obrigou-me a intensificar o trabalho interdisciplinar, abrindo-me horizontes para questões antes insuspeitas, conformando minhas atividades àquelas de uma geração que, nos anos 70, criou um dos focos mais ativos do pensamento antiautoritário da América Latina. Levou-me, além do mais, a buscar por meio da imprensa o

\* Texto lido para a Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP por ocasião da outorga do título de professor emérito, em 25 de junho de 1998.

sucedâneo daquele público cativo na sala de aula que me tinha sido retirado. Com isso meus escritos atingiram um público mais amplo e eu mesmo conquistei um lote nesse espaço público que começa a ser travejado no Brasil. Mas meus trabalhos em filosofia, na falta de um diálogo constante com as gerações que me seguiram, ficaram marcados pela estreiteza de uma ação entre amigos. Esta não foi uma opção fácil. Aqui fui formado na perspectiva de que o ápice da carreira seria publicar um livro em Paris. Mas o que é um livro desgarrado do atrito e do debate contínuos, os únicos instrumentos por meio dos quais ele poderia crescer ao ser recebido por imagens deformantes que me atingissem de perto? Sem o diálogo face a face fui obrigado a optar por aquele sem rosto mas vizinho, o que me transformou num filósofo municipal.

Bem que eu resisti à falta da docência. Logo no início de minhas atividades no Cebrap, trouxe meus melhores alunos para um seminário sobre a *Ciência da lógica* de Hegel. Mas essa atividade, sem o apoio de uma instituição propriamente universitária, não medrou, embora me tenha dado dois diletos amigos, Luiz Henrique Santos e Ricardo Terra. E se, na verdade, essa semente germinou tão-só anos mais tarde nos seminários sobre lógica e ontologia, que até hoje mantemos no Cebrap, faltou-me aquela continuidade que somente o exercício das aulas pode sustentar.

Outro dia esta falta se me configurou plena e dolorosamente. Mergulhado num novo trabalho sobre a lógica hegeliana, terminei relendo *O espírito e a letra*, de Rubens Rodrigues Torres Filho, e percebi, nas entrelinhas desse livro admirável, a fina crítica que Rubens, meu primeiro orientando, desenvolvia contra os ranços de meu hegelianismo. Se ambos estávamos preocupados com o caráter posicionai da proposição, ele me ensinava, na sua modéstia de sempre, que a junção das partes de uma sentença por meio de técnicas de individuação dos objetos visados é insuficiente para criar a bipolaridade do verdadeiro e do falso, se não se levar em conta a perspectivação de um eu. Estava, porém, da minha parte, mais preocupado em refletir sobre os desafios que Gérard Lebrun, o velho amigo, lançava contra a dialética em geral do que sobre aqueles reparos que poderiam provir do interior do próprio idealismo alemão. Se minha convivência com Rubens não tivesse sido cortada, se nós dois continuássemos a nos cruzar nos corredores da Faculdade, não teriam sido maiores as oportunidades de compreender melhor esse diálogo apenas esboçado? E a miséria da doença e da senectude fez com que a chance fosse perdida. Restou apenas a comoção do último apelo. Antes de seu derrame, havia lhe entregado a primeira versão desse meu novo texto e pedira que me encontrasse uma boa tradução para *Einerlei*, esse conceito complicado de Schelling que indica a base da constituição do sujeito e do objeto, o estar como isto e aquilo que permite a posição e o discurso. Na única visita que lhe fiz depois da doença, sem mesmo saber se ele estava me reconhecendo, tratei de trazê-lo para o nosso mundo antigo, cobrando dele: "E a tradução de *Einerlei*?". Então ele quebrou seu mutismo balbuciando "unidade", "mesmidade", e se calou.

Não sou eu quem agora está sendo homenageado, é a docência emérita que nos liga a todos, desde os nossos mestres da primeira geração, passando pelos companheiros de Departamento, Bento Prado Jr., Gérard Lebrun, Gilda de Mello e Souza, Oswaldo Porchat, e chegando a todos os que foram nossos alunos. É esse diálogo, o qual Rubens ainda quer manter com palavras balbuciadas e do qual fiquei de certo modo à margem, que está sendo homenageado. E para que ele possa participar dessa cerimônia, aceito o desafio de fazer dele um primeiro esboço.

Implica desde logo o recolhimento de nossos respectivos egos, a fim de que a palavra intersubjetiva possa nos invadir. O professor narciso não ensina nem aprende, não sendo capaz de deixar livre o espaço onde pensamentos possam circular, fundir-se em argumentos, evocar tradições, refazer idéias, enfim, trazer vida a um discurso que, herdado para ser refeito e vindo a ser o discurso de nossas vidas, capture fragmentos do mundo a serem pensados e transformados. Mediante essas palavras de entendimento e desentendimento firma-se entre nós, mestres, colegas e alunos, um vínculo *sui generis*, muito íntimo, nem de amor nem de amizade, mas que alimenta esse processo de revitalizar a tradição, abrindo-a para novos horizontes e nos abrindo para aventuras insuspeitas. Trata-se de uma espécie de *philia* sem que se possa dizer que o outro seja eu mesmo, embora a alteridade recíproca se desenhe por meio de processos de identificação e diferenciação. Sempre ensinamos e aprendemos na margem do que está sendo dito e redito, no halo das significações proferidas. Somos pescadores de águas turvas, embora subordinados à norma de sermos bem-intencionados. Mergulhamos nas águas barrentas de um rio que nunca é o mesmo, porque ainda acreditamos que ele tenha margens.

É na base dessa *philia* que procuramos desenvolver nosso saber. É por isso que essa *sophia* é nossa. Convém, entretanto, esmiuçar o sentido desse "nossa". Não a reservamos como se fosse de nossa propriedade; pertencemos à medida que a servimos, que a trazemos para o travejamento intersubjetivo de um mundo que pode ser chamado "do espírito", se desse conceito retirarmos qualquer vestígio de religiosidade. Do mesmo modo que uma partitura não existe se não for tocada e retocada por um intérprete, se as notas escritas não se transformarem em sons nos quais ele deixa as pegadas de sua técnica e inspiração, o texto que lemos ou escrevemos não existe se não for oferecido, segundo nossa maneira e estilo, a um público que, de direito, é anônimo e atemporal. Se, na verdade, o primeiro ato de recriação de um texto se dá hoje em dia primordialmente na sala de aula e nos seminários, essa atividade dos demiurgos do feito, que todos nós pretendemos ser, dirige-se para todos aqueles que no presente e no futuro se colocam na esfera de um entendimento possível. Antigamente se dizia que estávamos à procura da verdade, mas essa maneira de dizer só foi possível enquanto a verdade ou a falsidade de um discurso tinha no horizonte a verdade revelada. Até quando a bipolaridade natural do discurso pressupôs a monopolaridade da certeza como se fosse lógica e ontologicamente precedente ao jogo do verdadeiro e do falso, era natural

que tomássemos o conhecimento como ascese, busca do permanente e do eterno, seja como Bem, *Nous*, *Cogito*, Absoluto e assim por diante. No entanto, posta em xeque essa prioridade, se o jogo do verdadeiro e do falso se faz concomitantemente com a postulação de certezas inscritas na constituição da própria linguagem, ao menos no plano de nossa *sophia* ficamos confinados à finitude de nossos entendimentos e à angústia de nos bater continuamente contra as flexíveis barreiras de nossos discursos, por conseguinte de nossos mundos. Permanece, porém, o grande desafio de desconfiar se o mundo contemporâneo não se estrutura graças a linguagens que, sob o véu da compreensibilidade e da equidade de posições, encobrem o mal-entendido, a violência e a injustiça. Mas se nossa *sophia* se nos aparece hoje muito mais como formas de concepção em luta, o que dizer então de nossa *philia*?

Não se abriu uma defasagem entre nossa *philia* e nossa *sophia*? O amor direto pelo saber tinha como pressuposto que, embora o acesso à verdade fosse assunto pessoal, a unicidade da verdade demarcava um terreno comum. Por certo, ao criar essa atividade que eles mesmos chamaram de "*philosophia*", os gregos mantiveram a tradição de Sócrates, que desconfiava dos livros, visto que seus autores não estavam presentes para responder às perguntas mais indiscretas. Mas este gesto de ruptura com a escrita não impediu que seus interlocutores, aparentemente ignorantes, já guardassem em si mesmos os traços de uma ciência inscrita nas pedras das formas. A unidade da ciência pressupunha a comunidade daqueles que a praticavam, reunindo-os na intencionalidade da busca. A cidade desses *philoi* precede a cidade peregrina de Agostinho, porquanto a graça da verdade os funde numa tradição presente, passada e futura, mas sublinhando a peculiaridade da travessia de cada um. É sintomático que a *Metafísica* de Aristóteles se inicie com um diálogo com a tradição filosófica, delimitando o terreno onde os verdadeiros filósofos podiam habitar. Assim como são bárbaros aqueles que fogem das leis naturais da *polis*, não são bárbaros, isto é, sofistas e políticos, aqueles que escapam da legislação da verdade? Mas os antecessores são alinhados por Aristóteles segundo os parâmetros das quatro causas, de sorte que cada esforço individual apareça como prenúncio de uma totalidade futura.

Insisto nesse ponto: a filosofia não começa pelo sacrifício de cada um a serviço de uma verdade devoradora, mas por uma *philia* que não abole o relacionamento de uns com os outros, ao contrário, o pressupõe, embora os enquadre num espaço comum. E não se trata simplesmente de enumerar os indivíduos que se ocupam dessa disciplina, encurralando-os numa comunidade, porquanto o que os liga entre si não é aquele interesse descarnado pelo verdadeiro, ou, no dialeto atual, pelo argumento, como se a razão fosse uma ou nenhuma. A *philia* travava uma prática de disputa que tinha por obrigação recuar até a pesquisa de seus fundamentos, de seus vieses, de suas perspetivações, de sorte que cada passo na direção de um entendimento comum também implicava tentativa de avaliar limitações pessoais, ideológicas, de classe, de tradição. Mas no fundo permanecia no

horizonte a idéia de que haveria uma fronteira nítida entre os filósofos e os outros, embora essa *koinonia* implicasse o trabalho da diferenciação.

A *sophia* contemporânea, todavia, está trincada e com ela também se trinca a *philia*, faces diferentes de uma mesma moeda em processo. No entanto, se desapareceu a fronteira entre os filósofos e os não-filósofos, teremos perdido até mesmo nossos ares de família? Nada mais errôneo, creio eu, do que imaginar que entre nós possa ter vigência um conflito semelhante à luta de classes, que nega ao outro a legitimidade de existir. Nos heróicos tempos das revoluções, a classe opressora não era digna de ser como classe, a despeito da dignidade de alguns de seus membros, porquanto como um todo exercia uma forma de sociabilidade que bloqueava o outro na sua própria existência natural e social. Mas entre nós esse tipo de conflito deixa de ter cabimento pela simples razão de que uns e outros nos juntamos e nos dividimos mediante o exercício do pensamento. Ora, não é possível pensar o pensamento do outro simplesmente negando-o, vale dizer, avaliando-o a partir de seu próprio pensamento ou ainda a partir da crença numa razão universal. Se a *sophia* está trincada, a cesura entre eu e outro, ainda que na qualidade de *aphiloi*, isto é, de adversários no saber, só pode ser *pensada* admitindo-se a legitimidade de cada um desses saberes. O trabalho do *aphilos* há de ser então examinado na integridade de seu universo, na coerência de seus argumentos, na invenção de seu espaço próprio. A não ser que se tome a filosofia como uma classe de saberes perniciosos por sua própria natureza, indignos de serem e de serem pensados, lepra dos intelectuais. Mas dessa perspectiva, que no fundo é aquela da filosofia mais clássica, quem é o sofista?

Não traria essa experiência, contudo, uma visão mais matizada da própria história da filosofia? Mais do que a sucessão de sistemas fechados, não percebemos hoje nas obras de Platão e de Plotino, de Aristóteles e Tomás, de Kant e Fichte, e assim por diante, pequenas torsões cuja tensão aumenta conforme os temas e os argumentos vão sendo desenvolvidos? Mais do que um trem formado de vagões individualizados, percebemos na história da filosofia um tecido articulado por fios confluentes e divergentes, de sorte que a própria univocidade da obra parece duvidosa. E todos nós que permanecemos nas estações vendo passar o trem, que nos identificamos pelos serviços prestados ao bom funcionamento da linha, somos assaltados pela experiência cotidiana de vermos nossos próprios textos às vezes se tornarem opacos até mesmo para nossos melhores amigos.

Queiramos ou não, porém, estamos metidos na mesma caldeira do pensamento, sendo pelo pensamento que basicamente nos ligamos, a despeito de seu caráter variado e centrífugo. Mantêm-se, entretanto, a unidade da prática do ensino, a discussão tolerante às vezes tecida por interlocutores surdos e, por esses desvios, a vontade de uma obra que, lançada ao vento, possa engatar-se numa tradição. Mas isto implica a objetivação das idéias num texto, o estreitamento de nossas angústias subjetivas para que dêem lugar a um objeto do espírito a ser reutilizado por todos, a fim de que possamos, graças a esses intermediários gravados em

papel, pensar-nos e pensar o mundo em que vivemos. Desse ponto de vista, a prática amorosa da filosofia traz a constante quebra dos preconceitos que alinhavam nosso mundo cotidiano, dessas ruínas de pensamento que, se na verdade constituem nosso ponto de partida, sempre ameaçam transformar nossa reflexão num fazer-de-conta.

Compreende-se, desse modo, o perigo de institucionalizar o pensamento filosófico. Se ele não é possível sem o travejamento da *philia*, também se torna impossível no quadro das instituições que ritualizam o intercâmbio de informações e de textos, como se este relacionamento se resumisse na troca de favores e de influências. Se este é um desafio impossível de ser evitado, que não se perca então de vista que toda essa prática da filosofia, com suas idas e vindas, fintas e achegas, se completa na modelagem de uma obra, de um edifício virtual, de que o autor é responsável pela porta de entrada, talvez pelo vestíbulo, mas que foge de seu alcance tão logo ela se transforma na tela onde outros projetam seus próprios fios de pensamento. De vez em quando os trabalhos de vários pesquisadores, graças a um deles reconhecido como gênio, se fundem num discurso parecido a uma arte da fuga que, depois de repetir alguns temas, conquista um espaço independente, desenhando múltiplos e insuspeitos caminhos. E assim o mundo se enriquece de outro mundo, que ameaça a própria idéia de limite do mundo. Numa época que privilegia o fazer, somos privilegiados porque fazemos pensando, mas assim perdemos o controle da capacidade de efetivar o que fazemos. Resta-nos esse espaço ambíguo da *philia*. Nele todos nós, os esperançosos, tocadores de instrumentos sem nome (a arte da fuga não indica qual deles é o mais apropriado para interpretá-la), continuaremos nossa tarefa de insuflar ânimo nos textos e textos nos ânimos, lavrando o terreno com o suor de nossos abraços. Se não podemos ser responsáveis pelo destino que terão nossas palavras fundidas em papel, que ao menos nos tornemos responsáveis pelo tipo de *philia* que logramos manter com os companheiros mais próximos.

Recebido para publicação em  
23 de junho de 1999.

José Arthur Giannotti é presidente do Cebap e professor emérito da FFLCH-USP.

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 54, julho 1999  
pp.5-10

---